

Acabou!


Finished!

Silvia VIANA*

I

Logo após a leitura do texto de Menegat (2019) vi a notícia transmitida em vídeo, ao vivo, em primeira pessoa, pelo governador do Rio de Janeiro que se preparava para um sobrevoo a uma favela em Angra dos Reis tendo em vista “acabar de vez com essa bandidagem”, decretando, assim, que “acabou a bagunça”, pois iriam, ele, o prefeito e alguns policiais, “botar ordem na casa” (WITZEL..., 2019, não paginado). Já no helicóptero, ao final do breve pronunciamento, o “acabou!” (WITZEL..., 2019, não paginado) instaura a realidade que o dispensaria. Chovem as balas. A visão palpável do que eu terminara de ler não foi uma coincidência. “Escola. Não atire”: (FRANÇA, 2019, não paginado) uma placa afixada no telhado um dia após a produção de cadáveres ter batido a meta de oito resultou em breve escândalo quando reproduzida, na vertical, em redes sociais, mas tem em sua disposição horizontal função bem mais prosaica. Um apelo aos céus, não aos homens que, nas últimas eleições, compraram precisamente esse produto, ou ao menos não se importaram em recebê-lo como subproduto de seu voto. “Tanto faz”, dizem, se o corpo vestia uniforme escolar, a ideia era essa mesmo. A incompreensão do menino ante o apelo da mãe: “corre, Kauan, corre!”, “correr nada! Eu não fiz nada. Correr para quê?” (INVESTIGAÇÃO..., 2019, não paginado) encontra no procurador a explicação apropriada: “inevitável”, no caso, referindo-se aos mais de duzentos tiros disparados contra uma família, “[...] isso é uma operação de guerra, querida” (PASSARINHO, 2019, não paginado). Então “tanto faz” se o carro da polícia arrastou pelo asfalto uma mulher que fora baleada, ignorando ao longo de três quadras os avisos gritados por pedestres e demais motoristas. E quando os antecedentes de alto desempenho dos distraídos foram noticiados, ainda que em tom protocolar, isso sim gera irritação: “[...] deixe os meninos trabalhar pessoal!” (SOARES, 2018, não paginado) Não é outra coisa que

* Socióloga. Doutora em Sociologia. Professora Doutora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV, São Paulo, Brasil). Av. Nove de Julho, 2029 - Bela Vista (SP), CEP.: 01313-902). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0002-8049-0630>. E-mail: <silvianarodrigues@gmail.com>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

passa pela cabeça do ministro da Justiça e Segurança Pública ao propor a legalização do ilícito. (PORTINARI, 2019, não paginado) Que seja um governo que busca cumprir suas promessas, disso não se pode reclamar, afinal, “tanto faz” se há testemunhas que afirmam haver *snipers* “abatendo” passantes qual “bichos” do prédio em que se localiza a sede administrativa da Polícia Civil, (SILVA, VIANA, 2019, não paginado) “[...] é para isso que pago meus impostos”, logo, “a Torre da Morte está trabalhando direitinho” (SOARES, 2019, não paginado). Sendo assim, é estranho que se estranhe que, quando confrontados com os vazamentos do *The Intercept* a respeito do processo que levou o ex-presidente à prisão, (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019, não paginado) afirmem: “tanto faz”. Como sabiam gregos e troianos, a ideia era essa mesmo: punir o cara. Um trabalho bem feito, portanto.

O problema da barbárie não é que seja tratada com normalidade, é que seja o normal.

II

Menegat inicia seu texto com uma pergunta que, pela breve aparição, pode passar batida: como pensar a barbárie sem cairmos em moralismo? Não é uma pergunta banal e é bem mais decisiva do que a formulação de caráter epistemológico talvez possa dar a entender. Pois a esquerda que até anteontem estava no poder conseguiu, em algum ponto entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018, olhar o abismo de frente, isto é, sem atribuir tal visão a algum catastrofista que apareceu inoportunamente para estragar o brinde,¹ mas tem sido incapaz de enxergar de outro modo senão a partir de uma concepção, precisamente, moralista: a assim chamada “polarização” entre os “defensores da democracia” e os “fascistas”. Para o novo senso comum, ou nem tão comum assim posto estar confinado em bolha,² aqueles que tomaram o poder são bárbaros e os que neles votaram podem ser atavicamente bárbaros, pois tem cada aspecto de sua existência derivado do DNA XY branco em pele e colarinho ou – complemento necessário quando se lembra que não vivemos na Dinamarca e adoradores de pato não elegem sozinhos governo algum – foram “manipulados” para, com notável desenvoltura, “traírem” seus próprios interesses e, o que parece ser mais importante, “traírem” os abnegados que a esses se alinham.

A indignação moral toma por pano de fundo um transcorrer histórico que articula o passado longínquo patriarcal escravagista e/ou mais próximo, da ditadura militar, com o recente súbito, quando a violência latente em nossa sociedade desembuchou. No caso, através do fogo nas ruas de 2013, aceso por ingenuidade pueril quando não, na versão que encontra resposta no oposto,

¹ Em meio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff as principais centrais sindicais e os partidos de esquerda convocaram um ato-audiência no Anhangabaú para, através de um telão, acompanharmos a votação na câmara. Quando se passou aos votos dos deputados do eixo sul-sudeste, ordenou-se que fosse desligado o áudio tendo em vista, nas palavras de algum dirigente que então segurava o microfone, “não desanimarmos o povo... o pessoal vai ficar deprimido”.

² Não me refiro aqui às “bolhas” da internet, para muitos a origem da incomunicabilidade que, ao contrário, está posta em um cara-a-cara inviável, ao qual a forma virtual se ajusta e retroalimenta.

mediante financiamento estrangeiro a institutos e movimentos de direita: um cálculo preciso. Seja como for, aquele Junho é entendido como o primeiro dos três passos dados rumo à queda. Graças às eleições subsequentes, contudo, esse abalo que hoje é tido como uma abertura na qual “alguma coisa no nosso tecido social começa a mudar”,³ pôde ser lido à época, não sem alívio, como um surto. O respiro durou pouco. O entreato, marcado pelo assalto de grupos mafiosos ao palácio e arrematado pela prisão de Lula, foi visto como um duro golpe, o início do estado que, a partir de então, passou-se a nomear “de exceção”. Ainda assim, não obstante a própria análise, apostou-se nas regras do “jogo democrático”, a estimativa de praxe, que àquela altura adquiriu contornos mais nítidos de uma profissão de fé. Quem sabe por isso o passo derradeiro desse arco de cinco anos já não pôde ser atinado, foi vivenciado como trauma,⁴ daí ter se manifestado, naquele Outubro de 2018, na forma do pesadelo:⁵ a visão da catástrofe.

Com exceção do primeiro abalo, os demais acontecimentos são mensurados pelo compasso quadrienal das eleições, inclusa aí a deseição. Enquanto, nesse interim, sessões do Supremo e rituais afins se converteram em sucessos de bilheteria, tudo o que os ignorou inexistiu. Não por acaso: se, ao longo dos anos democráticos a eleição se tornou o evento a partir do qual organizam-se os demais não seria outro o registro do tempo de seu ocaso. O olhar viciado só foi capaz de anotar, acima, conchavos palacianos e, abaixo, o caminho pavimentado em um primeiro momento pelas mentiras industrializadas da Rede Globo e cia. Ltda. e, na segunda rodada, por *fake news* caseiras. Por isso a auto exigência de autocrítica, igualmente moralista, não pôde ultrapassar o “equivoco” das “alianças” – é o que se reprova mesmo quando o termo utilizado é “conciliação”, deslocamento a ser anotado. Também dessa fixação deriva a abissal assimetria entre o inferno diariamente denunciado e as soluções ofertadas: no atacado, como apelo ao mesmo ordenamento que se proclama rasgado; no varejo, libertação do preso político e preparação para as municipais, entre uma e outra, guerrilha semiótica virtual ou “de base”, visando à reconquista esclarecida daqueles que não sabem o que fazem. Por fim, é apenas a partir da perspectiva que mesmo quando olha para baixo enxerga maquinações que vem de cima é possível perceber o esgarçamento do “nosso tecido social” como uma novidade.

III

O despertar melancólico lamenta que o interregno civilizatório não tenha passado disso, um breve período no qual os “avanços democráticos” não “acumularam força” suficiente para vencer o arcaico reprimido, agora redivivo. Menegat entende o mesmo capítulo de modo inverso: “[...] nos anos 1980, as pressões descivilizadoras que se avolumaram nos anos da ditadura começam a adquirir contornos nítidos de uma tendência que apenas se aprofundou”

³ Nos termos de Petra Costa, no documentário “Democracia em Vertigem”, 2019.

⁴ Não à toa, no filme que conta essa “vertigem” de cinco anos não há cena entre o episódio da prisão espetacular e a passagem da faixa presidencial. A edição, um buraco negro narrativo, é um lapso sintomático do evento que golpeou golpeados e golpistas. Entre esses últimos, por exemplo: JEREISSATI (2018).

⁵ ZUKER, ZEYTOUNLIAN (2018).

(MENEGAT, 2019, p. 10). Não é, portanto, um processo homogêneo, apesar de guardar continuidades fundamentais, principalmente no que tange à manutenção do “corpo técnico”, encarregado do “trabalho sujo” bem como de sua *expertise*. Para Menegat, aqueles porões, os mesmos que há alguns meses receberam permissão para emergir, são o obscuro que sustentou a ditadura e impôs o limite nunca transposto à democracia nascente. Se partirmos das premissas do próprio autor, porém, veremos que tal permanência não foi apenas uma “[...] fraqueza do poder constituinte da sociedade brasileira após 20 anos de arbítrio militar [...] (MENEGAT, 2019, p. 15)” ou, em outra formulação, uma concessão acessória ao autoritarismo que possibilitasse a transição ao estado de direito até sua consolidação.⁶ O artigo 142 da “constituição cidadã”, que garante às Forças Armadas o poder soberano de recuperação da ordem institucional – seja lá o que isso queira dizer⁷ – mais que seu “limite”, é sua mola secreta. Ou nem tão secreta assim, ao menos como instrumento de pacificação, mediante o dispositivo de Garantia da Lei e da Ordem, quando por vezes se fez espetacular. Por exemplo, na ocupação da Favela do Alemão, em 2010, operação na qual a chuva de balas foi transmitida ao vivo, ainda não em primeira pessoa, pela TV e aplaudida pelos telespectadores.⁸ O que se assistiu então encontra em sua finalidade a verdade que a mídia, ao exibir a façanha como filme de ação, obscureceu: a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora como controle armado permanente, um fim equivalente ao meio, enredo sem desfecho. Pois a exceção que o 142 cumpriu excepcionalmente 231 vezes em 26 anos⁹ é a mesma levada a cabo regularmente pela polícia, em especial, e não à toa, militar – esse monstro institucional que carrega no nome sua confissão.¹⁰ Se a mais recente incumbência desses paus para toda obra é a administração escolar, isso só foi possível e, mais que isso, aceitável, porque a distinção entre guerra e paz, que corresponde à distinção entre as funções da polícia e das forças armadas, há algum tempo deixou de ser visível a olho nu. Mais precisamente, na nascença da democracia, a passagem da “guerra conta a subversão” para a “guerra contra o crime”, não uma relação causal ou, como já dito, residual, mas um encontro histórico não agendado, que adiante se há de esclarecer. Importa, por ora, atentar ao elemento alterado no *slogan* da emergência, a figuração do “inimigo interno” que, mais que a mira, muda a trincheira: não a esfera política, mas a vida ordinária. Em ambos os casos, uma

⁶ Mencionada por Jorge Zaverucha, a partir da concepção de Larry Diamond, em “Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988”. Ver Diamond (2010, p. 66).

⁷ Segundo Zaverucha, o uso constitucional do termo é tão abrangente que pode abarcar quase tudo: “[...] as Forças Armadas garantem a ordem constitucional, pública, política, social e econômica. Haja poder!”. (ZAVERUCHA apud DIAMOND, 2010, p. 49).

⁸ A respeito da espetacularização dessa “missão” em particular, ver: Oliveira (2013).

⁹ Mais que ao número, entretanto, importa atentar às “missões” dadas e cumpridas, que vão do assim chamado “combate ao narcotráfico” e intervenções em presídios à segurança em processos eleitorais, passando pela guarda de tudo que é tipo de evento (Papa, leilões públicos, esportes, 500 anos desse país, reuniões de cúpula, celebração de aniversário de BID, passeio de tocha olímpica, visitas oficiais de autoridades, carnaval...) além da “manutenção da ordem pública” em casos de greves, de policiais, mas também de caminhoneiros, como há de se recordar, e da “pacificação de conflitos” no campo, em áreas indígenas ou nas cidades, preservação de patrimônio, reintegração de posse, contenção de manifestações e “segurança” de projetos ligados ao PAC aí inclusos. Ver GODOY, 2018.

¹⁰ A respeito da montagem institucional da polícia militar no alvorecer de nossa “semidemocracia”, ver: Zaverucha, op. cit.

guerra intestina, então a linha de continuidade no trato; mas no primeiro tipo, bom que se lembre, voltada àqueles que, armados ou não e independentemente de seu poder de fogo, implicavam-se no combate como insurgentes – em luta de classes, bom que se reforce; enquanto no segundo é direcionada contra civis como civis em suas atividades civis, sejam elas legais, ilegais – tampouco custa recordar a propaganda importada que, no mesmo período evidentemente, elevou os psicotrópicos sem código de barra à condição de dano do capeta – ou quaisquer outras que, entre elas, pareçam suspeitas o suficiente para o enquadro.¹¹ A nova guerra atinge as populações espoliadas, armadas ou não e independentemente de seu poder de fogo, não como sujeitos em luta, mas como objetos de uma tecnologia de gestão, daí seu caráter pós-clausewitziano.¹² Trata-se, na terminologia de Paulo Arantes, de uma contra insurgência sem insurgência¹³ que, em nome de alguma “segurança” inespecífica promoveu uma infiltração militar nos poros dos dias corridos em democracia, a Hidra, (MENEGAT, 2019) substituta do Leviatã em processo de decomposição.

IV

Para Menegat, a democracia nasce quando a civilização historicamente constituída se fez materialmente inviável. Civilização, bem entendido, como a promessa de relações sociais pautadas por justiça, liberdade e igualdade, aparentemente realizada pela equivalência salarial, descumprida em chão de fábrica. Não deve ser confundida, portanto, com o ordenamento burguês, ou resvalamos no lamento pela perda dos bons modos na atividade corriqueira da extração de pele dos despossuídos. Pelo contrário, tudo o que dela se fez cumprir são espólios arrancados em luta no vácuo formado entre promessa e concretização, portanto, a partir da recusa a tal ordenamento em nome do horizonte por ele aberto. Do outro lado da trincheira, em nome da mais-valia adquirida no chão, a classe proprietária nega seus próprios ideais, suspendendo o ordenamento jurídico que os formaliza, e abraça de bom grado a dominação direta ao decretar – desde a primeira hora dessa outra guerra, em 1848, e a partir de então todas as vezes em que percebeu justiça, igualdade e liberdade soarem como algo mais que palavrório vazio¹⁴ – o estado de exceção. Pode-se compreender, assim, a alteração no campo gravitacional da barbárie como o encerramento definitivo do horizonte civilizacional através da banalização dos decretos excepcionais tornados forma de governo. E isso não por capricho,

¹¹ Como, por exemplo, o porte de biscoito (DOLCE; PINA, 2019) guarda-chuva (MOURA, 2018) ou pipoca (MORADORES..., 2016).

¹² Termo utilizado por Paulo Arantes em *Notícias de uma guerra cosmopolita* (ARANTES, 2007.) ao identificar na Guerra do Golfo a inauguração de um “estado de sítio planetário” a partir do uso das mesmas tecnologias de controle policial de populações aplicadas em nossa guerra particular, no caso, levado a cabo transnacionalmente e que, por isso, pode dar a impressão de manter características de uma guerra clássica, de Estado contra Estado, mas que com ela já não apresenta semelhança alguma. A indistinção entre “conflitos domésticos” e “externos”, entre guerra e estado de exceção, pode ser melhor exemplificada por um posicionamento insuspeito: “Lula tem mantido a política anterior de FHC de enviar tropas militares para a missão de paz da ONU no Haiti, sob o argumento, dentre outros, de que estão sendo treinadas para posterior utilização em ações de lei e ordem” (ZAVERRUCHA, op. cit, p. 52).

¹³ Na formulação de Paulo Arantes em *O novo tempo do mundo*. Ver Arantes (2014).

¹⁴ A história detalhada desse dispositivo pode ser encontrada em: Arantes (2014).

ganância, propensão atávica ou psicopatia de elites escrotas, não obstante, também elas sitiadas, adquirirem traços tais e afins.¹⁵ Foi o chão que se abriu.

O trabalho, que o movimento cego do capital expulsa e sem o qual não pode se valorizar, tornou-se obsoleto graças ao último salto das forças produtivas. As crises capitalistas atingiram seu ponto de irreversibilidade na última, terminal, que se repõe há quatro décadas em progressão geométrica. E disso todo mundo sabe. Eis o ponto: seria um equívoco entendermos a percepção do fim dos tempos como uma descoberta de fracassomaníacos. Ela é o abre alas ideológico do mundo que restou: o “acabou!” foi anunciado lá (“*there is no alternative*”¹⁶) e cá (“inempregáveis”¹⁷) sem maior embaraço e no auge autocongratatório da vitória do capitalismo global. Não uma inconsistência do pensamento, mas sua aproximação, até a nulidade, da explosão concreta do curto-circuito do trabalho. Celebrava-se, assim, a eliminação do inconveniente de seu valor de troca e, viril ou lamentosamente, encarava-se a realidade temerária do escasseamento de seu valor de uso. A partir de então os governos, todos os governos, chamaram para si “*the task of doing what needs to be done - whatever that may be*”; *whatever*, conquanto sejam “*immediate emergency measures*”.¹⁸ Políticas de emergência para uma contenção bifurcada. Antes e acima de tudo, a providência de ministrar remédio a defunto. Além, é claro, da criação de técnicas voltadas ao exaurimento do que possa restar da reprodução ampliada de valor, dá-se início à temporada de caça a qualquer coisa que cheire a ativo através de modalidades diversas de espoliação, visando a uma acumulação tão estéril quanto as plantas morto-vivas da Monsanto (HARVEY, 2005). Duas queimas, irmanadas ao ponto do amálgama, que requerem, em seu curso e consequências, medidas preventivas de outra ordem. Cabe impedir que as massas sobrantes e sobre-massacradas pelo amargor desse receituário ajam como se já não houvesse nada a perder senão grilhões. Então, de saída, providencia-se a materialização das correntes, antes mediatas na exploração econômica, agora férreas e progressivamente adensadas: a nova guerra que, não à toa, exprime no encarceramento em massa sua finalidade elementar.¹⁹ Sob a mesma rubrica, surge e se expande a procissão de organizações do terceiro setor, políticas públicas e responsabilidades empresariais encarregadas do “problema” da “exclusão”. Não para saná-lo pois, como é notório, já não há espaço para todos; trata-se, novamente, da contenção de riscos através da gestão de urgências múltiplas, da fome às convulsões sociais, passando pelo escasseamento de verbas e o próprio descarte de pessoas que devem ser “recicladas” tendo em vista não se tornarem o lixo que em sua inerência reciclável sempre serão.²⁰

¹⁵ Para um diagnóstico dessa gente, formulado na primeira hora da catástrofe, ver LASCH, 1995.

¹⁶ “Não há alternativa”, frase elaborada por Margaret Thatcher que, de tão perfeitamente lapidar, transformou-se em *slogan* de sua política econômica, feito sigla (TINA), em logomarca e, antes do mais, em lápide mesmo.

¹⁷ “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’”. Fernando Henrique Cardoso em palestra de 1997.

¹⁸ “A tarefa de fazer o que deve ser feito – não importa o que seja”; “medidas emergenciais imediatas”. Ver Thatcher (1976).

¹⁹ A respeito do papel das prisões como instrumento bárbaro de descompressão da barbárie, ver Löic (2001).

²⁰ Não à toa, “seu lixo!” se tornou uma ofensa diletta, votada a todos, por parte de todos.

V

A democracia que ora agoniza foi constituída como uma profilaxia a cuja aplicação, entre políticas econômicas mais ou menos exploradoras mais ou menos espoliadoras, e políticas sociais, ora militarizadas ora “cidadãs”, correspondem diversos arranjos entre norma e exceção. Esses paliativos-tronco, às vezes misturados entre si, são o que nos habituamos chamar de projetos políticos e, a partir de sua dosagem, acostumamo-nos a classificar o espectro partidário. E não é coisa pouca, especialmente à luz da eficácia lograda pelo Partido dos Trabalhadores ao estabelecer entre tais medidas, ao longo de uma década, um ponto de equilíbrio – não ideal, que isso deixou de existir, mas ótimo. Em outros termos, as administrações petistas conseguiram de fato “evitar o pior”, por isso essa expressão se fez, a cada rodada e na mesma proporção em que as premências rebaixavam esse ponto a patamares raquíticos, mais imperativa e angustiada. O cômputo quadrienal do tempo político tem aí seu embasamento, pois a história póstuma que, por isso mesmo, deve permanecer girando, está muito longe de ser progresso, tampouco pode ser pensada, em linguajar mais modesto, em termos de avanços ou atrasos, trata-se de um *countdown* sucessivamente repostos.²¹ O fascínio pela institucionalidade, por seu turno, não deve ser entendido como “burocratização” de partidos e movimentos de esquerda, tampouco é o reflexo de “cooptações” quaisquer, o Estado é a ferramenta apropriada para a política convertida em construção de diques.²² Tão somente o mais estrito e autoproclamado realismo, o mesmo que as leituras otimistas de conjuntura reafirmavam a título de propaganda e os pessimismos eleitorais impunham na forma da chantagem. Portanto, não mais um “[...] confronto entre aspirações em expansão e um princípio de realidade demasiado restrito para ampará-las” (MENEGAT, 2019, p. 15). As aspirações em democracia definham até se dissolverem nesse princípio, tornando-se, ideologia e realidade, uma única ameaça. Ao contrário do que se poderia supor, a esquerda que assumiu a tarefa da contenção apertou ainda mais o torniquete dessa nova unidimensionalidade.²³ Não por ter deixado vaga a cadeira da oposição ao mundo mas por tê-la preenchido de mundo. Através das políticas públicas, que distribuíram o cuidado com a inexorável alocação de recursos limitados a ativistas, artistas, minorias, intelectuais e quem mais se dispusesse a participar, encerrou-se o horizonte em planilhas. Um esforço colossal em nome de um menos pior bem sucedido.

²¹ Sobre o nexos temporal da emergência, ver Arantes (2014).

²² E tem coisa mais rastaquera: “Traição”, “apego ao poder” e acusações do gênero são, dessa perspectiva, purismo de quem não tem a menor noção do que significa governar o depois do mundo que herdamos. Esse é o olhar desdenhoso que Lula lança para os críticos que não demandam muito mais que a revisão na proporção dos medicamentos: “Eu quero que o PSOL governe alguma coisa que a frescura com o PT vai acabar”. Leia-se: o PT fez *what needs to be done - whatever that may be*.

²³ Nova, pois não se trata mais de uma sociedade industrial, sobre a qual se debruçaram os frankfurteanos, na qual ideologia e realidade corriam uma em direção a outra a partir de um bem-estar administrado, e sim como gestão do mal-estar em fim de linha. Ver Adorno; Horkheimer (1973) e Marcuse (1982).

Foi o que aquele Junho pôs a perder. Em um primeiro momento, por ter descerrado o cadeado da identidade total entre mundo e capitalismo ao exigir algo, então e ainda, alienígena: mais que os centavos, a desmercantilização. Além disso os profanadores iniciais se colocaram à margem do Excel na recusa intransigente de participação naquele engajamento conjunto. Foi declarada, enfim e novamente, a guerra insurgente.²⁴ Nada que o arranjo democrático pacificador não pudesse contornar, seja com balas de borracha seja com alguma revisão provisória dos cálculos. As primeiras foram ministradas e a segunda foi proposta. Mas a fenda aberta já havia sido arregaçada por uma pulsão outra que, mais que os centavos, exigia qualquer coisa, que é o mesmo que nada, conquanto explodisse pelos ares o arranjo – pacificação e democracia aí inclusas. A leitura que ainda confunde esse fenômeno inominado com o gangsterismo de gestores de linhagem diversa pode ser compreendida à luz de seu próprio enraizamento nas coisas tais como são e que, como tais, não podem não ser. Daí o persistente realismo que, após a virada, aparece em seu surrealismo ao propor cidreira para aplacar monstro. Também a quadrilha, que enxergou no abalo nada mais que uma janela de oportunidade para reaver a chave do cofre, tomou sua rasteira no final.²⁵ Todos devidamente enquadrados pela política como reformismo descendente em barbárie, à revelia de seus próprios pesadelos, parecem ainda não ter entendido que isso começou a acabar.

VI

O subsolo que subiu ao asfalto não é o das casernas, os porões ocultos, mas o espaço da reprodução social, o trabalho, ao mesmo tempo silenciado e sabido por todos porque vivido por todos. O ponto cego de nossa realidade falsa, que também escapa a Menegat, é que não existem excluídos.²⁶ De outro modo, a situação que se arrasta desde a década de 70 – e já em momentos anteriores, todas as vezes que a valorização solucionou e o capitalismo buscou na barbárie seu copo d'água²⁷ –, poderia ser bem menos pavorosa, talvez até feliz. Se houvesse lugar e tempo fora desse mundo... Mas não. O que há são gradações entre explorados, espoliados ou, o mais comum, ambos no mesmo corpo. Mesmo o último homem, trêmulo, quase só pele, feito bicho, menos que bicho, poderia servir como estojos para os produtos da indústria bélica, e serve. Pois o fim da condição de realização do capital como sobre-valor é irrelevante se, para viver

²⁴ “Junho de 2013 foi mesmo uma ‘coisa democrática’? [...] A redução do preço da tarifa de ônibus não era uma pauta a ser debatida e negociada, era uma exigência a ser imposta à força: ‘ou o governo abaixa, ou a cidade para!’. Não soa exatamente ‘democrático’... Foi um movimento disruptivo, uma revolta que atentava contra a ordem estabelecida – o arranjo armado no período da redemocratização”. De um grupo de militantes, “Olha como a coisa virou”. (OLHA..., 2019).

²⁵ Marcada pela derrota eleitoral dos partidos saqueadores, mas também, necessário sublinhar, pela queda da assim chamada “mídia golpista”, seja como aliada política da governabilidade, aliança que foi mandada às favas pelo novo governo, seja como sua fiadora ideológica, função substituída pelas novas tecnologias do espetáculo.

²⁶ Os principais pontos do argumento que se segue estão desenvolvidos em: Viana (2013).

²⁷ David Harvey (2005) em *Acumulação via espoliação*. Mas, antes disso, como anotaram Marx e Engels em seu Manifesto: “Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. [...] Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea.”

morto, basta-lhe a compulsão. É o que a mentira do descarte, essa mentira persistente, derradeira e basilar, conquista. A visão de um universo minúsculo, insuficiente até para um, é compartilhada pelos de baixo, mais poderosa e inelutavelmente quanto mais abaixo.²⁸ A partir dessa profecia retroativa o sistema, que não é mais que movimento, pôde se perpetuar. E isso não porque a voz do mundo não cansa de gritar na nossa orelha: “acabou! Sobreviva!”, mas porque a vida é experimentada como um abismo crescente, que faz do chão uma areia movediça sobre a qual pessoas imediatamente transformadas em sobreviventes devem se virar.

O capitalismo flexível forjou uma forma particular de reificação, a cuja constituição histórica há que se atentar caso não queiramos nos perder em explicações abstratas a respeito de abstrações. Não somos mais mercadorias, somos capitais humanos ambulantes, atirados e auto-atirados em uma roda dos enjeitados na qual “dentro” e “fora” formam um continuum sem fim. Entre os dois caminhos, que são um só, encontra-se a mediação social primeira: uma seleção negativa que, à luz da escassez palpável, por ela mesma concretizada, longe de estabelecer o mérito, escolhe a inelutável eliminação. O descarte pressuposto dispensa seus critérios que, por isso mesmo, tornam-se uma obsessão maníaca corporificada pelas avaliações permanentes. Não se sabe o que ou como, mas é obrigatório que se cumpra. Por isso, quanto menor sua substância viva, mais impositivo se faz o trabalho, feito um ritual vazio que se pratica tão somente para espantar demônios. Assim, o trabalho não apenas não acabou como se fez absoluto: mais pessoas trabalham, trabalha-se mais e com maior intensidade, além de, como atto*-empreendedores ou coisa do gênero, termos todos os aspectos da existência reduzidos à autovalorização; mais trabalho, portanto, e sem ponto de chegada senão ainda mais, sem remissão. Liberta das amarras da valorização, a produção colonizou a vida, ou melhor, uma sombra de existência que pode se orgulhar de cada batimento cardíaco possibilitado, por exemplo, pela incrível oportunidade de nos tornarmos estojo.²⁹

Dizer que as relações aí efetivadas são de concorrência é atenuar a situação, trata-se de guerra – como não cansam de afirmar os manuais de auto-esfolamento, que nessa ratificação ajustam as sensibilidades mais reticentes. Essa guerra econômica, a guerra elementar, que conforma as demais – inclusive a assim chamada “guerra cultural”, não mais que uma concorrência brutal por espaços que se entende limitados embasada em critérios tão inexatos quanto férreos, de resto, como quaisquer outros³⁰ –, é uma guerra total. Através do sufocamento dos espaços encerrados, do mecanismo de seleção e da miríade de aparatos de gestão dele derivados, o outro, qualquer outro, todos os outros são postos, objetivamente e à revelia de disposições subjetivas contrárias, como inimigo: se

²⁸ Mas também os que orquestram a rapa do tacho temem o apocalipse, com a diferença de que ainda podem sonhar a fuga – que de fuga não tem nada, evidentemente: Rushkoff (2018).

²⁹ Um exemplo qualquer, só reproduzido aqui por ser o de ontem: Hypheness (2019).

³⁰ A ideia de “lugar de fala”, por exemplo, é uma derivação quase imediata do pressuposto segundo o qual nesse mundo não cabem todos, logo, cada qual que saque suas armas.

eu perdi é porque ele venceu e vice-versa. E disso ambos sabemos, portanto, é necessário que se planeje, que se proteja, que se sussurre, que se calcule, que se evite, que se arme. Antes de se tornar um traço central do caráter nacional, a paranoia está posta nos mecanismos de gestão e, mais importante, autogestão que, à revelia de discursos, concretiza o pesadelo hobbesiano – para nós, uma quarta-feira como outra qualquer. A relação social antes contraditória se paralisou em paradoxo, tem mas acabou, e aí chafurdamos há décadas.

VII

A nova direita não nasceu em 2013, menos ainda nos idos da colonização. Ela é cria de uma dissolução socialmente estruturada, portanto não de uma anomia qualquer a ela imputada e por ela retribuída em acusação espelhada. O coxinha foi frito na desgraça generalizada do trabalho cuja forma flexível nos deformou a todos, à sombra da qual, contudo, ele encontrou uma expressão política particular. Longe de uma contraposição aos círculos do inferno aos quais chamamos mundo, uma assimilação tal que já não suporta que sua verdade, a barbárie, seja esquivada pelos mecanismos de contenção concomitantemente armados. Dessa ótica, as políticas sociais compensatórias não são mais que uma trapaça na guerra de eliminação posta. Então, a partir da irritação cotidiana com o cara da escrivinha ao lado que “está me distraíndo porque quer o meu cargo”, com a madame que “não deu seta e atrapalhou a minha entrega”, com o safado que “me olhou torto na reunião de avaliação”, com aquela vadia que “me deu nota baixa”, com aquele canalha que “não cala a boca na minha aula”, com aquela “sub raça humana” (SOARES, 2019, não paginado) que “queimou meu ônibus e me atrasou”, de forma surda e lenta, e após o levante de modo acelerado e aos berros, foram fixados os critérios, antes fluidos, para a eliminação. Os objetos preferenciais da nova paixão são todos os que “não se fodem como eu me fodo”³¹ e que, já por isso, dado ser a punição um pressuposto, são culpados. Eis a acepção mais precisa do que chamam “corrupção”, que não passa nem perto da noção clássica de patrimonialismo, daí a seletividade na escolha do alvo, ela tem por embasamento a própria seleção. O Corrupto é caracterização válida para beneficiários de políticas públicas, membros de movimentos sociais “que ganham de graça o que eu não consigo ralando”, além é claro, dos “bandidos”, ricos ou pobres, e quaisquer outros que se possa designar “vagabundo”. Esse, mais que não trabalhar, é o que não sofre, que pode ser rigorosamente qualquer um. A irritação maior, como reza a lógica objetivamente irracional, volta-se contra o partido cujo governo construiu os diques mais espessos e, ainda seguindo a trilha da abstração paranoica, todos aqueles que a ele se aliam – também aqui, pessoa qualquer. Trata-se, dessa perspectiva, de uma categoria de gente que deve a partir de agora passar pelo crivo da seleção negativa, tenha ela a forma que tiver: demissão, encarceramento, exílio, tortura, morte, genocídio. Nada mais que a exigência da justiça apropriada à legislação da selva.

³¹ Eis a formulação recorrente que pude perceber nas manifestações organizadas pelos movimentos de direita em pesquisa realizada de 2014 a 2016. Algumas conclusões aqui sintetizadas foram apresentadas em palestras e encontros em São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Uberlândia e Brasília entre 2015 e 2016.

Eis, então, a mediação social do que aparece como imediaticidade psicopática. Sua compreensão é igualmente necessária para evitar a leitura que aí enxerga coisa diversa, também doentia, mas fruto de uma racionalidade econômica elementar: a eliminação da massa sobressalente, um novo ciclo de queima das forças produtivas. Escapa a essa perspectiva a legitimação francamente suicida conferida por parte dessa mesma massa ao que ela entende como uma guerra justa. Mais que isso, escapa o que agora se monta a partir da ambivalência característica da monstruosidade em governo. Na figura do vice e dos sócios majoritários do *status quo ante*, apenas um novo ajuste na dosagem profilática, como afirma Menegat, “[...] um passo além na gestão da barbárie [...]” (MENEGAT, 2019, p. 15); então estamos em casa. Mas o presidente, nada mais nada menos que um exemplar aleatório da massa irritada, apresenta ao mesmo tempo coisa outra – se contrapondo, às vezes diretamente, a seu próprio *staff* militar, mantendo-se fiel à escatologia eleita. Não exatamente um “desgoverno”, mas a negação do que foi governar em democracia. Então pululam as maluquices que não parecem tão malucas se encaradas da perspectiva da insânia da reprodução material. Retirar a obrigatoriedade do uso de cadeirinhas de bebês em carros (BRANT, 2019), por exemplo, não faz o menor sentido a partir da racionalidade econômico-preventiva, que encerra o futuro no cálculo presente da contenção de riscos. Trata-se de uma legislação sem positivação, ainda mais espantosa quando pensada à luz da injunção anterior: “proponha!”, “participe!”, em sua repulsa por qualquer forma de negatividade. Eis a nova proposta: dinamitar a barragem e deixar a lama tóxica fluir livremente. Em uma identificação quase sem lacunas com o capital suicida, sem promessas, sem futuro, pura ameaça, esse novo homem abre o peito e exige: “cumpra-se!”.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Ideologia. *In: Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ARANTES, Paulo. Notícias de uma guerra cosmopolita. *In: ARANTES, Paulo. Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRANT, Danielle. Para Bolsonaro, ‘nem precisava de lei’ sobre transporte de criança em cadeirinha. **Folha de São Paulo**, Brasília, DF, 6 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/para-bolsonaro-nem-precisava-de-lei-sobre-transporte-de-crianca-em-cadeirinha.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DEMOCRACIA em vertigem [Documentário]. Direção e Roteiro: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Tiago Pavan, Shane Boris. Música composta por: Lucas Santtana, Gil Talmi. Netflix, 2019. (123 min).

DIAMOND, Larry. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. In: Edson Teles e Vladimir Safatle (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 66.

DOLCE, Julia; PINA, Rute. Famélicos: a fome que o Judiciário não vê. **A Pública**, Agência de Jornalismo Investigativo, Reportagem, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/famelicos-a-fome-que-o-judiciario-nao-ve/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

EU quero que o PSOL governe alguma coisa que a frescura com o PT vai acabar. #NaSalaDoZe. [Brasil]. 20 jul. 2017. Twitter: @LulaOficial. Disponível em: <https://twitter.com/lulaoficial/status/888071906443841536>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FRANÇA, Lucas. Projeto na Maré coloca aviso em teto de unidade: escola. Não atire. **R7**, notícias, Rio de Janeiro, 10 maio 2019. <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/projeto-na-mare-coloca-aviso-em-teto-de-unidade-escola-nao-atire-10052019>. Acesso em: 22 maio 2019.

FROUFE, C. 'Financial Times' alerta para 'cenário de pesadelo' na eleição brasileira. **Estadão**, Notícias [exclusivo para assinantes], São Paulo, 26 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,financial-times-alerta-para-cenario-de-pesadelo-na-eleicao-brasileira,70002520143>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o intercept está publicando chats privados sobre a lava jato e Sergio Moro. **The Intercept Brasil**, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: 22 maio 2019.

GODOY, Marcelo. Veja os documentos das Forças Armadas sobre as Operações de Garantia de Lei e Ordem. **Estadão**, São Paulo, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-documentos-das-forcas-armadas-sobre-as-operacoes-de-garantia-de-lei-e-ordem,70002134949>. Acesso em: 29 jun 2019.

HARVEY, David. Acumulação via espoliação. In: **O novo imperialismo**. São Paulo: edições Loyola, 2005.

HYPENESS. Jornalista sugere que desempregados ofereçam serviços de graça. **R7**, Meu estilo, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://meuestilo.r7.com/hypeness/jornalista-sugere-que-desempregados-oferecam-servicos-de-graca-26072019>. Acesso em: 27 jul. 2019.

INVESTIGAÇÃO da polícia ainda não sabe de onde partiram os tiros que mataram menino Kauan na Chatuba, RJ. **Globo.com**, Rio de Janeiro, 20 mar.

2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/20/investigacao-da-policia-ainda-nao-sabe-de-onde-partiram-tiros-que-mataram-menino-kauan-na-chatuba-rj.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2019.

JEREISSATI, Tasso. Tasso Jereissati: ‘nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer’. [Entrevista cedida a] Pedro Venceslau. **Estadão**, Política, São Paulo, 13 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso em: 24 jun. 2019.

LASCH, Christopher. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LÖIC, Wacquant. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

MENEGAT, Marildo. Violência e barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 7-16, maio/ago. 2019.

MORADORES dizem que jovem foi morto por engano por PMs, no Rio. **Globo.com**, Rio de Janeiro, 1 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/pms-confundem-pipoca-com-drogas-e-matam-jovem-dizem-moradores.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MOURA, Carolina. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. **El País**, Ponte, Rio de Janeiro, 19 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso em: 01 jun. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Golpes de vista. *In*: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (orgs.). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PASSA PALAVRA. Olha como a coisa virou: Jair Bolsonaro é um nome inexato, mas potente, porque foi capaz de combinar a escalada repressiva com a rebeldia social liberada em 2013. **Passa Palavra**, Noticiar, Brasil, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://passapalavra.info/2019/01/125118/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. ‘Situação é de guerra e atingir civis é inevitável’, diz procurador que defendeu soltar militares que fuzilaram carro. **BBC News**, Brasil, Londres, 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48245733>. Acesso em: 20 maio 2019.

PORTINARI, Natália. Relatório do pacote anticrime de Moro mantém imunidade para policiais que matam em serviço. **O globo**, [exclusivos para assinantes], 07 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/relatorio-do-pacote-anticrime-de-moro-mantem-imunidade-para-policiais-que-matam-em-servico-23724025>. Acesso em: 22 maio 2019.

RUSHKOFF, Douglas. Survival of the richest: the wealthy are plotting to leave us behind. **OneZero**, Future Human, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://medium.com/s/futurehuman/survival-of-the-richest-gef6cdddcc1>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SILVA, José Cícero da; VIANA, Natalia. 'Eles são os caçadores e nós somos bichos aqui em baixo', diz moradora de favela alvejada por tiros vindos de torre da polícia. **A pública**, Agência de Jornalismo Investigativo, Reportagem, Rio de Janeiro, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/02/eles-sao-os-cacadores-e-nos-somos-bichos-aqui-em-baixo-diz-moradora-de-favela-alvejada-por-tiros-vindos-de-torre-da-policia/>. Acesso em: 22 maio 2019.

SOARES, Rafael. Snipers em Manguinhos: laudo revela que disparo que matou porteiro veio de cima. **Extra.Globo.com**, Casos de polícia, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/snipers-em-manguinhos-laudo-revela-que-disparo-que-matou-porteiro-veio-de-cima-23599597.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SOARES, Rafael. PMs acusados pela morte de Claudia, arrastada por viatura, se envolveram em oito homicídios desde 2014. **Extra.Globo.com**, casos de polícia, 16 mar. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-acusados-pela-morte-de-claudia-arrastada-por-viatura-se-envolveram-em-oito-homicidios-desde-2014-rv1-1-22495415.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

THATCHER, Margareth. Leader's speech, Brighton: 1976. **British Political Speech**, Speech Archive. Disponível em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=122>. Acesso em: 15 jul. 2019.

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

WITZEL é um genocida que precisa ser detido. **TV GGN**, YouTube, 5 maio 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=4Sl78CD89ng>. Acesso em: 20 maio 2019.

ZUKER, Fábio; ZEYTOUNLIAN, William. A incerteza política em 2018: uma coleção de sonhos e pesadelos. **Nexo**, Ensaio, 10 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/A-incerteza-pol%C3%ADtica-em-2018-uma-cole%C3%A7%C3%A3o-de-sonhos-e-pesadelos>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Silvia VIANA

Graduada em Ciências sociais pela Faculdade de filosofia letras e ciências humanas da USP (2001). Mestre em sociologia pela Faculdade de filosofia letras e ciências humanas da USP (2006). Doutora em sociologia pela Faculdade de filosofia letras e ciências humanas da USP (2011).
